



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009608-17.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Lucas Felipe Barboza**
Requerido: **Israel Consolo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contraído um financiamento de automóvel a fim de que o requerido adquirisse um veículo.

Alegou ainda que após isso concretizado o réu não vem adimplindo pontualmente com o pagamento das prestações.

Almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a transferência do financiamento para seu nome, ou alternativamente lhe entregar o veículo objeto do financiamento.

O réu, em contestação apresentada na audiência de tentativa de conciliação, não refutou sua responsabilidade pelo fatos trazidos à colação,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

limitando-se a tão-somente argumentar que enfrenta empecilhos junto ao banco credor, pois deseja transferir o financiamento à terceira pessoa.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pelo autor.

Ressalvo a expedição de ofício para aferir a possibilidade do réu transferir o financiamento para terceiro não é justificável pois extrapola o âmbito da lide.

Desta forma, caberá ao interessado buscar administrativamente as informações que entende pertinentes para implementação da transferência do financiamento, respeitando as decisões administrativas da instituição financeira.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a transferir para o seu nome ou de terceiros o financiamento do automóvel indicado nos autos no prazo de dez dias, **contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado**, ou alternativamente entregar ao autor o automóvel indicado a fl. 01, sob pena de multa diária de R\$ 200,00, até o limite de R\$ 10.000,00.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 17 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**